



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CELINE MARIA DO NASCIMENTO BATISTA

**O PLANEJAMENTO FAMILIAR SOB APRECIÇÃO FEMINISTA: DIREITOS
REPRODUTIVOS E AUTONOMIA CORPORAL NO JORNAL MULHERIO (1981-
1988)**

Brasília
2024

Celine Maria do Nascimento Batista

O PLANEJAMENTO FAMILIAR SOB APRECIÇÃO FEMINISTA: DIREITOS REPRODUTIVOS E AUTONOMIA CORPORAL NO JORNAL MULHERIO (1981-1988)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Data da defesa oral: 12 de janeiro de 2024

Brasília
2024

O Planejamento familiar sob apreciação feminista: direitos reprodutivos e autonomia corporal no jornal Mulherio (1981-1988)

CELINE MARIA DO NASCIMENTO BATISTA

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Orientador – Universidade de Brasília

Profa. Ma. Yasmin Almeida Rêgo
Universidade de Brasília

Prof. Me. Mateus Henrique Siqueira Gonçalves
Universidade de Brasília

Brasília
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à vida por, em sua incompreensível beleza e surpresa, ter me levado a estudar História na Universidade de Brasília. Os anos no ambiente universitário me permitiram forjar e conhecer a mim mesma enquanto sujeito histórico inserido em um contexto, que é possível desvendar. O estudo, as conversas, a escuta me ensinaram a pensar historicamente e não acredito que algum dia deixarei de exercitar essa habilidade. A Universidade de Brasília representa um capítulo essencial na minha trajetória e, pela oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do Brasil, sou muito grata.

Agradeço à minha família e em especial meus pais, José Ribamar do Nascimento Batista e Françoise Gracyelle do Nascimento Batista, pelo apoio em toda a minha jornada e pela dedicação e cuidado que sempre tiveram com minha educação, desde a infância. As minhas irmãs, Sonja, Soraya e Cecília, minhas primeiras companheiras nessa vida. Soraya, muito obrigada por me acolher nos momentos de desespero em torno da escrita deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço de modo especial a minha tia Maria do Amparo, que me deu o notebook com o qual escrevi este trabalho.

Agradeço aos meus professores, que me ensinaram lições valiosas sobre a vida acadêmica, sobre o conhecimento historiográfico e sobre a história humana. Mateus Gamba Torres, Daniel Gomes de Carvalho, Suzane Rodrigues, Cristiane de Assis Portela, Ione de Fátima Oliveira, Luiz César Sá, Jonas Wilson Pegoraro, Daniel Faria, Luiz Ferreira Nogueira, Luísa Molina e todos os professores da Universidade de Brasília que contribuíram para a minha formação.

Ao meu companheiro de vida, Márcio Dias Novoa Filho. Obrigada por me inspirar a buscar o aperfeiçoamento por meio da autodisciplina e da fé em si mesmo. Agradeço pelo apoio emocional, pela motivação, pela escuta e sugestões ao longo do processo de escrita deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de curso Beatriz Oliveira, Everaldo Lacerda, Linka Faria, Juliane Sanches, Euzamar Jobane, Guilherme Goulart, Lauanny Aguiar, Bruna Soares, Alexandre Barzani, Millene Mena Barreto e Isabela Seidel, obrigada pelas preciosas interações ao longo dos anos de graduação, por compartilharem seus conhecimentos e perspectivas e enriquecerem minha experiência universitária. Em especial, agradeço a Beatriz Oliveira e Alexandre Barzani, que, mesmo com suas ocupações no mestrado e na docência,

dedicaram tempo para ler meu trabalho e oferecer sugestões. Sua ajuda foi muito importante para que eu conseguisse produzir este texto. Sou muito grata aos dois.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que lutaram antes de mim, tanto no meio social e político institucional quanto no acadêmico. Agradeço especialmente àquelas que, hoje, seguem levando adiante a luta pela garantia dos direitos reprodutivos e sexuais para as mulheres.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema do planejamento familiar tratado no jornal alternativo feminista *Mulherio*, em circulação entre 1981 e 1988. A discussão sobre o planejamento familiar se inseriu no contexto amplo das lutas pela autonomia corporal e por direitos reprodutivos, característica da *Segunda Onda* do movimento feminista. O jornal *Mulherio* foi importante promotor de tal agenda no meio feminista brasileiro. Portanto, buscou-se analisar a forma como o planejamento familiar foi reivindicado pelas mulheres à frente do jornal no período de redemocratização. Buscou-se atentar para as discussões em torno do tema, as concepções e demandas daquelas mulheres. Para isso, analisamos quatro matérias publicadas no jornal, selecionadas pelo critério de abordarem a pauta do planejamento familiar e da autonomia corporal, utilizando as reflexões do campo de Estudos de Gênero e da História das Mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulherio, planejamento familiar, imprensa feminista, direitos reprodutivos, contracepção.

ABSTRACT

This research addresses the topic of family planning in the alternative feminist newspaper *Mulherio*, in circulation between 1981 and 1988. The discussion on family planning was inserted in the broad context of struggles for bodily autonomy and reproductive rights, characteristic of the Second Wave of the feminist movement. The newspaper *Mulherio* was an important promoter of this agenda in the Brazilian feminist milieu. Therefore, we sought to analyze the ways in which the topic of family planning was claimed by women at the helm of the newspaper during the period of redemocratization. We sought to pay attention to the discussions around the topic, the conceptions and demands of those women. To do this, we analyzed four materials published in the newspaper using reflections from the field of Gender Studies and Women's History..

KEYWORDS: Mulherio, family planning, feminist press, reproductive rights, contraception.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CAPÍTULO I - Planejamento familiar no Brasil: assunto de Estado e demanda feminista	15
1.1 Histórico das políticas populacionais no Brasil.....	15
1.2 O movimento feminista nas lutas pelo corpo.....	20
1.3 A década de 1980 e a disputa pelas políticas de saúde da mulher.....	23
1.4 O momento dos direitos reprodutivos.....	28
2. CAPÍTULO II - O planejamento familiar nas páginas de Mulherio.....	32
2.1 Contexto de produção	32
2.2 O que querem as mulheres?.....	37
2.3 “Os homens nunca estiveram tão liberados”.....	42
2.4 Evitar filhos, “padecer no inferno”.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

Durante parte considerável de sua história, o campo historiográfico foi produtor de discursos masculinos. A escrita histórica esteve alicerçada na noção universalista de *homem* enquanto representante de toda a humanidade, o que dificultou a consideração das experiências específicas de grupos excluídos, entre os quais, as mulheres. Tal situação começou a mudar a partir de questionamentos internos da disciplina e de um contexto histórico favorável. A partir da década de 1970, uma história mais preocupada com as experiências femininas e com sua agência nos diversos processos do passado começou a se firmar: era o campo da História das Mulheres, que já produzia ricos trabalhos incluindo as mulheres como objetos e sujeitos da história. Conforme Carla Bassanezi Pinsky:

A História das Mulheres adquiriu expressão a partir da década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. Seu sucesso atrelou-se aos avanços da Nouvelle Histoire, Social History, Cultural History e dos Estudos de População.¹

A preocupação em dar visibilidade às mulheres na chamada História Geral foi a tônica dos primeiros momentos da História das Mulheres. Tal abordagem, entretanto, recebeu críticas por ser meramente descritiva e não promover o questionamento dos padrões e conceitos dominantes na disciplina histórica². Para os críticos, apenas acrescentar mulheres aos livros de história não era suficiente: fazia-se necessário repensar o próprio saber histórico a partir das experiências femininas.³ Conforme afirma Louise Tilly, “Agora que os fatos da vida das mulheres se tornaram ‘fatos da história’, é importante analisá-los e discutir explicitamente aquilo que eles permitem modificar nos outros domínios da história.”⁴

Diante de diversas contribuições e questionamentos dentro do campo da História das Mulheres, “a tendência do enfoque exclusivo sobre as mulheres acabou dando lugar ao estudo das relações entre os sexos (o pressuposto: as mulheres são definidas também em relação aos

¹ PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, 2009, p. 160.

² A historiadora e militante feminista Joan Scott foi uma importante crítica do que considerava ser uma abordagem descritiva da História das Mulheres. Para a autora, apenas acrescentar mulheres aos acontecimentos do passado não modificava a importância atribuída às mulheres e ainda as colocava em um lugar menos prestigiado na historiografia, distante dos temas masculinos, considerados universais. (SCOTT, 1994, p. 14)

³ *Ibidem*, p. 160-161.

⁴ TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, (3) 1994, p. 41.

homens, e vice-versa)”.⁵ Nesse sentido, a noção de “gênero” começou a ganhar relevo e ser mais utilizada nas pesquisas. O estudo das relações de gênero passou ter mais espaço a partir da compreensão de que as sociedades atribuem significados às diferenças sexuais e que essas construções baseadas no sexo mudam ao longo do tempo e impactam as experiências dos sujeitos históricos.

Nesse contexto, muitos historiadores e historiadoras se apropriaram do conceito de gênero enquanto categoria de análise e o utilizaram em seus trabalhos, enriquecendo o conhecimento sobre as relações entre homens e mulheres no passado. Como bem sintetiza Carla Pinsky:

Em determinadas abordagens, o termo “gênero” vai se sofisticando na promessa de enriquecer os estudos históricos. Tomado como uma categoria, ou seja, um modo de perceber e analisar relações sociais e significados, gênero pode ser empregado como uma forma de afirmar os componentes culturais e sociais das identidades, dos conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais. Em outras palavras, a categoria de gênero remete à ideia de que as concepções de masculino e de feminino possuem historicidade.⁶

A categoria gênero implica o entendimento de que as significações sobre o sexo biológico são sociais e históricas, ou seja, mudam ao longo do espaço e do tempo. Assim, as pesquisas que utilizam essa categoria têm o potencial de esclarecer as experiências de homens e mulheres em diversos momentos históricos, justamente em função de sua condição enquanto homens e mulheres. Além disso, o uso do gênero também possibilita que os historiadores teçam relações com outras categorias, como raça e classe.

Esta pesquisa busca, a partir da perspectiva da história das mulheres e das relações de gênero – e utilizando gênero como categoria analítica –, contribuir para a compreensão da história do movimento feminista brasileiro a partir de sua luta pelo planejamento familiar. O que se convencionou chamar de Segunda Onda do feminismo surgiu em meio ao contexto de efervescência política e cultural presente na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Os movimentos sociais daquele período almejavam uma verdadeira revolução cultural ao contestarem valores conservadores tomados como naturais. Além disso, deram

⁵ TILLY, Louise A. Op. Cit., p. 161.

⁶ PINSKY, Carla Bassanezi. Op. Cit., p. 163.

visibilidade à condição de marginalização de grupos como homossexuais, transexuais e mulheres. Tal contexto propiciou o ressurgimento do feminismo ocidental.⁷

O feminismo de segunda onda foi marcado por discussões e demandas acerca de sexualidade, autonomia corporal e justiça reprodutiva. Conforme Joana Maria Pedro⁸, enquanto o feminismo de Primeira Onda se ocupou de questões relativas à cidadania e reivindicação de direitos políticos, o feminismo de Segunda Onda priorizou lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.

No Brasil, o feminismo de segunda onda teve uma trajetória particular em razão do ambiente político ditatorial no qual se desenvolveu. É possível apontar uma confluência de fatores que contribuíram para a ressurgimento do feminismo em território nacional. A participação de mulheres em diversos movimentos sociais, desde aqueles cujo mote era a busca por melhores condições de vida (*panelaços*, movimentos contra a carestia, movimentos de bairro, entre outros) até a luta armada contra o regime militar. A atuação política de mulheres durante a ditadura, ainda que em movimentos não necessariamente feministas, propiciou o empoderamento necessário para que as mulheres se entendessem como sujeitos políticos com condições de opressão e interesses particulares.⁹

Adicionalmente, o contato com as tendências internacionais em voga proporcionou a articulação feminina por meio da criação dos grupos de reflexão. Nesse sentido, a experiência de mulheres exiladas foi relevante. Militantes de movimentos de esquerda ou companheiras de militantes, exiladas pela repressão da ditadura, interagiam com as ideias do feminismo internacional e as difundiam quando retornavam ao país. Muitos grupos de reflexão foram criados por mulheres exiladas. O primeiro de que se tem notícia foi criado em 1972, em São Paulo.¹⁰ Tais grupos se constituíram em espaços para discussão de problemas especificamente femininos, especialmente temas relativos ao prazer sexual, à maternidade, o direito ao próprio corpo e à contracepção.

O feminismo de segunda onda no Brasil, portanto, esteve desde seu surgimento em torno de 1970, ligado à luta contra a ditadura militar. Assim, foi recebido com desconfiança pelos grupos de esquerda, que muitas vezes viam o feminismo como um desvio “pequeno

⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: **F. Perseu Abramo**, 2003, p. 42.

⁸ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, n.52, v. 26, 2006, p. 269.

⁹ SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2), p. 35-50, mai./ago. 2004, p. 40.

¹⁰ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 241.

burguês” ou, na melhor das hipóteses, como uma luta menor. Mesmo nos grupos de mulheres existia uma tensão sobre a definição da primazia entre questões políticas e de classe e as de gênero. Ademais, em seus momentos iniciais, o movimento feminista se aliara a grupos diversos, entre os quais a Igreja Católica, o que dificultou a discussão de temas relacionados à liberdade sexual e contracepção. Desse modo, como afirma Joana Maria Pedro:¹¹ “[...] no Brasil a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da ‘Segunda Onda’”. Em pouco tempo, no entanto, as reivindicações sobre o corpo ganharam destaque.

Além dos grupos de reflexão, um outro meio de atuação fundamental para a constituição do novo feminismo no Brasil foi a imprensa alternativa. A partir da década de 1970, em meio ao projeto de abertura política¹² executado pelo próprio regime militar, proliferaram diversos jornais de oposição em formato tabloide ou mini tabloide, de tiragem irregular e discurso contra hegemônico. Em suma, a imprensa alternativa figurou neste período como um dos principais instrumentos de luta política contra a ditadura militar.¹³

De acordo com a classificação de Araújo, a imprensa alternativa era formada por alguns tipos de jornais:

1) jornais de esquerda, que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas; 2) revistas de “contracultura” (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos”, que produziam fora do esquema comercial e 3) *publicações de movimentos sociais, englobando neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e os jornais das chamadas minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra” os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc.*¹⁴

A autora aponta a existência, dentro da imprensa alternativa, de publicações relacionadas a movimentos sociais particulares, sendo o movimento feminista um deles. A

¹¹ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit., p. 240.

¹² A abertura política foi um movimento de retirada controlada do poder político articulado pelo próprio regime militar. A partir do processo conhecido como Projeto Geisel-Golbery, iniciou-se a transição da ditadura militar para o regime de democracia liberal no Brasil. Para mais informações, ver: FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

¹³ MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **CONTRAPONTO. Revista Eletrônica de História**, Teresina, v. 1, n. 1, p. 24-41, jun. 2011, p. 30.

¹⁴ ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 169 (grifo nosso).

imprensa alternativa também foi espaço apropriado pelo feminismo. Os jornais feministas foram instrumentos utilizados para a organização do movimento, para as discussões teóricas e ideológicas, para a divulgação das ideias e reivindicações e para alcançar e mobilizar outras mulheres. Portanto, o fortalecimento do movimento feminista brasileiro passou também pela criação de novas estratégias comunicativas, sendo significativa sua inserção na imprensa alternativa.

Entre esses jornais, é possível citar como os mais emblemáticos e de maior alcance os periódicos *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1988). A este trabalho interessa o jornal *Mulherio*. Criado em 1981 por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, o jornal circulou de 1981 a 1988 e publicou 39 edições. O projeto contou com o apoio financeiro da Fundação Ford e permaneceu vinculado à Fundação Carlos Chagas até 1983.

O jornal *Mulherio* nasceu da vontade de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em constituir um espaço de intercâmbio entre as instituições e grupos que estudavam a condição da mulher no Brasil, na década de 1980. Além disso, também era objetivo esperado com a publicação criar um veículo que abordasse de modo sistemático, aprofundado e abrangente todos os problemas que afetavam a mulher brasileira.¹⁵

Destarte, o jornal *Mulherio*, ao longo de quase uma década, tratou de diversos assuntos pertinentes à vida das mulheres brasileiras como maternidade, condições de vida e de trabalho, estereótipos de gênero, sexualidade e contracepção. A este trabalho interessa a pauta sobre planejamento familiar presente no periódico. A década de 1980 foi um período de discussões intensas sobre os rumos do país. A luta pela democracia trazia à baila disputas acerca dos termos da Nova República. Nesse sentido, as feministas apresentavam suas demandas e discussões ao público e ao Estado. Uma de suas bandeiras mais marcantes foi a dos direitos reprodutivos.

Na década de 1980 se firmava a ideia de que para a construção de uma verdadeira cidadania feminina, era necessário que as mulheres tivessem controle sobre sua capacidade reprodutiva, sobre seu corpo e seu plano de vida. Lemas como “Nosso corpo nos pertence”,¹⁶ intensamente propagado à época, ilustram essa conjuntura. Desta feita, a demanda para que o Estado criasse uma política de planejamento familiar e proporcionasse as condições

¹⁵ FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 160.

¹⁶ SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010, p. 49.

necessárias para que as mulheres exercessem o controle sobre os próprios corpos se intensificou.

Diante do reconhecimento da importância que o planejamento familiar adquiriu dentro do movimento feminista na década de 1980, este trabalho almeja investigar essa pauta no jornal *Mulherio* de modo a responder as seguintes questões: qual era o projeto de planejamento familiar vislumbrado pelas feministas? Quais noções sobre as relações de gênero estavam presentes nas discussões sobre o tema? Existia uma coerência no posicionamento do jornal sobre esse tema? Em suma, almeja-se entender mais sobre o feminismo no Brasil a partir de suas discussões sobre direitos reprodutivos, planejamento familiar e autonomia corporal.

Este trabalho se justifica em três aspectos. Em primeiro lugar, sob uma perspectiva historiográfica, acredito ser relevante a produção de mais trabalhos que abordem o tema dos direitos reprodutivos e do planejamento familiar sob a perspectiva histórica. Nesse sentido, este trabalho foi pensado para servir à compreensão histórica do processo de lutas que culminaram com a noção de necessidade de planejamento familiar.

Em segundo lugar, o planejamento familiar não é uma realidade estabelecida para todas as mulheres brasileiras. O número de gravidezes indesejadas é considerado alto no Brasil;¹⁷ o acesso à educação sexual e aos métodos contraceptivos não é garantido a todas e poderia ser mais fácil; o alto número de abortos inseguros¹⁸ demonstra a ineficiência na promoção do planejamento familiar. Desse modo, a luta pela garantia de direitos reprodutivos permanece na sociedade brasileira. Uma vez que os historiadores voltam seus olhares ao passado a partir de questões do presente, investigar a luta pelo planejamento familiar em outro período histórico tem o potencial de enriquecer a luta atual.

Por fim, enquanto mulher feminista interessada nas questões da cidadania reprodutiva e diariamente afetada pela situação do país nessa área, esse tema naturalmente me interessa. A possibilidade de entender como outras mulheres atuaram antes de mim sobre uma questão que, hoje, impacta a minha vida, despertou a urgência histórica que impulsiona pesquisas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, quatro edições do jornal *Mulherio* foram utilizadas. Todas as edições do jornal se encontram disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas. Uma seleção foi realizada para encontrar matérias que tratassem do tema do planejamento familiar. As edições foram selecionadas pelo critério de possuírem textos sobre

¹⁷ Revista Pesquisa: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-sombra-da-gravidez-indesejada/>

¹⁸ DINIZ, D., MEDEIROS, M. and MADEIRO, A. National Abortion Survey 2016. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol. 22, no. 2, pp. 653-660.

planejamento familiar, direitos reprodutivos e contracepção. Desse modo, as edições de número sete, catorze, dezoito e vinte e um serão utilizadas como fontes. De maneira mais específica, apenas os textos que tratam dos temas supracitados serão analisados em cada edição. Além do jornal *Mulherio*, os documentos “Carta de Itapecerica”, “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” e partes da Lei nº 9.263/1996 serão utilizados neste trabalho.

A pesquisa histórica com periódicos foi desprestigiada por certo tempo. Muitos historiadores, vinculados a um fazer histórico de cunho mais tradicional, viam a imprensa com desconfiança, consideravam-na cheia de ideologias e subjetividades dos autores, logo, documentos não confiáveis. Principalmente a partir das contribuições do movimento dos *Annales*¹⁹ houve uma reconfiguração das concepções de documento histórico bem como de objeto de pesquisa. A ampliação das possibilidades de temas e fontes no campo historiográfico provocou uma mudança no olhar sobre a imprensa.

O entendimento de que o documento histórico não é um repositório neutro do passado, mas um arcabouço simbólico capaz de fornecer significados a partir do trabalho do pesquisador pode ser aplicado à imprensa. A fonte jornalística deve ser utilizada com cuidado e crítica, assim como qualquer outro tipo de fonte. Conforme Carla Bispo Azevedo:

Cabe salientar que o uso dos periódicos na historiografia deve vir acompanhado de uma problematização sobre essa fonte de pesquisa, buscando entender o contexto de sua produção, a influência que exerce no contexto, seus interesses e a atuação junto ao público leitor, para o qual o periódico se direciona. Ou seja, a operação historiográfica deve ser realizada com rigor teórico e metodológico.²⁰

Para o tratamento das fontes jornalísticas, é necessário que o pesquisador leve em consideração elementos como a intencionalidade dos autores, o cunho ideológico do impresso, o público alvo, os financiadores, entre outros. É essencial situar o periódico nas redes de relações sociais em que ele atuava para não correr o risco de fazer uma leitura acrítica da fonte. Tais questões ganham relevo quando a pesquisa se fundamenta em um jornal considerado feminista, ou seja, com intenções claras e um caráter ativista.

¹⁹A escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França do início do século XX. O movimento impactou profundamente as práticas da ciência histórica, propondo novas abordagens, novos problemas e fontes. Para mais informações, consultar BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1992.

²⁰AZEVEDO, Carla Bispo. A imprensa como fonte na pesquisa sobre história das mulheres. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina (PI), v. 3, n. 3, 2022, p. 8.

Analisar os discursos acerca do planejamento familiar presentes no jornal Mulherio, portanto, necessariamente implicará situar o jornal em um contexto mais amplo de redemocratização e especialização do movimento feminista, bem como da trajetória das políticas de planejamento familiar implementadas no Brasil.

No primeiro capítulo, apresento um histórico das políticas de planejamento familiar no Brasil até a promulgação da Lei do Planejamento Familiar, na década de 1990, passando pelo o período de circulação do jornal Mulherio. Ainda nesse capítulo será discutida a construção, no âmbito do movimento feminista, da agenda sobre planejamento familiar e direitos reprodutivos, bem como as condições das mulheres nessa área na década de 1980. O segundo capítulo, por sua vez, será dedicado à análise do conteúdo do jornal Mulherio acerca da temática. Por meio de uma narrativa metodologicamente fundamentada, se buscará mapear uma pequena, mas importante, parcela da luta por direitos reprodutivos no Brasil.

1. CAPÍTULO I - Planejamento familiar no Brasil: assunto de Estado e demanda feminista

1.1 Breve histórico das políticas populacionais no Brasil

Planejamento familiar diz respeito à capacidade de tomar decisões livres e informadas acerca da própria reprodução, bem como de ter acesso às informações e meios necessários para a concretização de tais decisões. Assim, o planejamento familiar se constitui em uma faceta dos direitos reprodutivos e é essencial para a saúde reprodutiva. Segundo Fernanda Irene da Silva Ramos, o conceito de direitos reprodutivos resulta de uma trajetória que culmina no entendimento da sexualidade e da reprodução como dimensões da cidadania e da vida democrática.²¹

As concepções em torno da reprodução humana, no entanto, não estiveram sempre vinculadas às noções de direitos reprodutivos e saúde reprodutiva. Uma investigação da história brasileira e mundial demonstra a existência de diversos momentos e tendências na discussão social acerca da questão populacional e, por consequência, reprodutiva.

No Brasil, segundo Ramos, é possível apontar uma tendência natalista desde a origem de sua história. O período colonial foi caracterizado pela necessidade de se povoar um vasto território com populações indígenas escassas. A organização econômica, voltada para o setor agrícola, também justificava a necessidade de famílias numerosas. No período republicano, a saúde pública se impõe como questão social para o governo, que passa a direcionar ações e recursos para campanhas sanitárias. O nome de Oswaldo Cruz é emblemático nesse momento. Quanto à questão populacional, após a Proclamação da República foi instituída uma política de saúde denominada “Higienização do Brasil”, que “trazia uma tendência natalista agregada à ideia de melhoria da raça, uma forma que precedeu a discussão sobre planejamento familiar”.²²

Também na Era Vargas é possível apontar políticas de caráter natalista e *anticontrolista*, como o incentivo e apoio às famílias numerosas. Segundo Alves, “no governo Vargas (1930-1945) foram implantadas políticas sociais que, de forma intencional ou não, tinham objetivos pró-natalistas. Mas além da política social, houve uma legislação claramente

²¹ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 12.

²² *Ibidem*, p. 53

anticontrolista”.²³ Como exemplos dessas legislações que dificultavam o controle de natalidade, o autor cita o Decreto Federal n. 20.291, de 11 de janeiro de 1932, que vedava ao médico práticas que tivessem por fim impedir a concepção ou interromper a gravidez e a Lei das Contravenções Penais, sancionada durante o Estado Novo, que proibia anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou evitar a gravidez.

Em suma, “Ao longo do processo de consolidação da sociedade capitalista, o Estado brasileiro adotou uma postura pró-natalista”²⁴. O cenário mundial, entretanto, diferia do brasileiro: nas primeiras décadas do século XX começavam a surgir movimentos pelo controle de natalidade. Tais movimentos tinham inspiração nas ideias de Thomas Malthus e associavam o aumento populacional à pobreza dos países. O movimento feminista também se ocupou de questões relativas ao controle de natalidade. A feminista norte-americana Margareth Sanger iniciou nos Estados Unidos um movimento pelo direito à regulação da fecundidade. Em 1952, fundou a *International Planned Parenthood Federation (IPPF)*.²⁵ Movimentos semelhantes também surgiram na Europa, notadamente na Inglaterra.

Conforme Edméia de Almeida Cardoso Coelho:

Três linhas de pensamento foram formadas nesse período: a das feministas, que consideravam a contracepção um direito fundamental da mulher; a dos neomalthusianos que a defendiam como meio para melhorar a situação da pobreza; e a dos eugenistas, que viam no controle da natalidade um caminho para melhorar a qualidade genética.²⁶

Assim, movimentos chamados de “controlistas” ou “antinatalistas”, fundamentados em diferentes ideais, desenvolveram e levaram o tema do controle de natalidade e contracepção ao debate público. No Brasil, esses movimentos não tiveram muita adesão na primeira metade do século XX, porém, a partir de 1960 os países ricos, especialmente os EUA, começaram a pressionar os países do “Terceiro Mundo” a instituírem políticas de controle populacional a fim de impedir uma “explosão demográfica”. Essa postura estava diretamente ligada às dinâmicas da Guerra Fria. Como elucida Joana Maria Pedro, a Revolução Cubana (1959) foi um forte fator para o investimento no controle de natalidade na

²³ ALVES, José Eustáquio Diniz. As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil - Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006, p. 22.

²⁴ MONTEIRO, S. A. S.; MOMESSO, M. R. A BEMFAM: do planejamento familiar à ética da existência. **Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras**, v.18, n.1, 2022, p. 146.

²⁵ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Idem, 2008. p. 34-35.

²⁶ COELHO, E. A. C. et al. O planejamento familiar no Brasil contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 34, n. 1, p. 37-44, mar. 2000, p. 39.

América Latina. A partir dela, “a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um ‘continente explosivo’, um campo fértil para agitação comunista”.²⁷

Tamanho era o empenho dos EUA em garantir o controle da população dos países pobres, que o país financiou campanhas de esterilização em massa na América Latina, como informa o documento conhecido como Kissinger Relatório. Trata-se de um memorando secreto do então Secretário de Estado dos EUA em 1974. Tal documento justificava a esterilização feminina, apontava o aumento populacional como causa da miséria dos países pobres e defendia o aborto como método contraceptivo.²⁸ Essas ingerências afetaram a vida de muitas mulheres brasileiras e impactaram o ritmo de crescimento da população brasileira. Como resultado, o país apresentou um declínio sensível na taxa de fecundidade a partir da década de 1970.²⁹

Também foi prática corrente dos países ricos à época vincular empréstimos e outros tipos de auxílios à adoção de programas e a recepção de entidades internacionais que tinham por fim o controle populacional. O Brasil foi impactado por essas pressões internacionais e a partir da década de 1960 as pílulas anticoncepcionais e o DIU começaram a ser comercializados no país. Cabe mencionar que a trajetória da contracepção na América Latina foi diversa da ocorrida na Europa. Enquanto aqui as novidades contraceptivas foram liberadas e comercializadas sem impedimentos, na Europa, o direito à regulação de fecundidade foi resultado de uma luta social,³⁰ pois o continente europeu no período pós-guerra foi marcado por políticas natalistas, haja vista a perda populacional decorrente do conflito.

Desse modo, o controlismo começou a ganhar espaço no Brasil, mas não sem questionamentos. Cabe citar a postura da Igreja Católica, tanto na arena internacional quanto nacional. A encíclica *Humanae Vitae*, publicada pelo Papa Paulo VI em 1968, reafirmava a posição segundo a qual a relação conjugal era inseparável da procriação e listava vias ilícitas para regulação de nascimentos, sendo a pílula anticoncepcional uma delas.

Em que pese a pressão internacional por políticas controlistas, o Brasil, sob um regime militar a partir de 1964, ainda adotava oficialmente uma posição natalista. Joana Pedro afirma que a política internacional de controle populacional encontrou no governo brasileiro

²⁷ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 242.

²⁸ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. *Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Idem, 2008. p. 41.

²⁹ *Ibidem*, p. 27.

³⁰ PEDRO, Joana Maria. *Op. Cit.*, p. 254.

ambiguidade e falta de consenso.³¹ Monteiro e Momesso explicitam o panorama do debate no país:

Eram defendidos dois posicionamentos: o primeiro defendendo que o Brasil precisava povoar todo o seu território para enriquecer, sustentando a ideia de segurança nacional em que as causas dos problemas sociais não estariam relacionadas com o número da população. Dentro desse grupo encontravam-se os militares e a Igreja, que recriminava o sexo por prazer e a utilização de métodos contraceptivos artificiais. Já o segundo grupo era a favor do controle demográfico como forma de desenvolver o Brasil. Além disso, havia o temor de que, com o elevado crescimento demográfico, a economia se estagnaria ou não daria conta da demanda.³²

Na Conferência Mundial de População de Bucareste, em 1974, o governo brasileiro afirmou a posição de que não aceitaria interferência em sua política demográfica e que a decisão sobre quantos filhos ter caberia ao núcleo familiar, sendo atribuição do governo apenas fornecer os meios necessários para a realização dessa escolha.³³ Não obstante a posição oficial brasileira, entidades internacionais e nacionais de planejamento familiar já atuavam no país. A mais emblemática foi a BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil – fundada em 1966 e financiada pela americana IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar). Essa instituição atuou divulgando informações sobre contracepção e oferecendo pílulas anticoncepcionais de maneira indiscriminada, principalmente no nordeste brasileiro.³⁴

Instituições como a BEMFAM tinham claro objetivo de controle populacional e atuavam sem qualquer controle público³⁵, ainda que o governo militar não desejasse uma política de redução da população. Segundo Ramos, a Conferência de Bucareste foi um marco para a questão populacional brasileira, pois a posição oficial do governo militar não se traduziu em ações efetivas e “houve uma maior permissibilidade no que diz respeito ao acesso às informações e aos métodos anticoncepcionais, bem como a oferta de serviços privados de planejamento familiar”.³⁶

Assim, é evidente que:

³¹ Ibidem, p. 242.

³² MONTEIRO, S. A. S.; MOMESSO, M. R. Op. Cit., p. 146.

³³ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 41.

³⁴ MONTEIRO, S. A. S.; MOMESSO, M. R. Op. Cit., p. 146-147

³⁵ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Op. Cit., p. 57.

³⁶ FONSECA SOBRINHO apud Ramos, 2008, p. 41.

O controle da natalidade, no Brasil, tem estado historicamente submetido à política externa brasileira, em especial aos países hegemônicos. Durante as últimas décadas, as ações governamentais de controle da natalidade foram guiadas pelas orientações emanadas desses países, *mesmo quando os governantes reafirmavam o discurso da soberania do Brasil, sem, entretanto, conseguir garanti-la na prática.*³⁷

Ainda segundo Monteiro e Momesso, “essa postura natalista não foi implementada com políticas públicas adequadas às demandas daquele momento, bem como não havia interação e diálogo com o público feminino para a construção ética da natalidade.”³⁸ A distribuição indiscriminada de anticoncepcionais realizada pela BEMFAM aparentemente favorecia as mulheres, no entanto, ela não acontecia com vistas à promoção da saúde feminina, mas tão somente a garantia da regulação da fecundidade.

Adicionalmente, a difusão da esterilização como meio para evitar filhos, principalmente entre mulheres pobres, revela uma faceta cruel das políticas controlistas. Segundo Lucila Scavone, no Brasil durante décadas a esterilização foi o método contraceptivo mais utilizado e as mulheres do Sul global foram frequentemente cobaias de pesquisas científicas sobre contraceptivos.³⁹ O cenário das políticas populacionais era desfavorável às mulheres, justamente os principais alvos das mesmas políticas. Como mostra Télia Negrão:

Enquanto práticas coercitivas e impostas, focadas nas populações negras e pobres do norte e nordeste do país principalmente, levaram à esterilização milhares de mulheres, as restrições ao abortamento seguro mantiveram elevadas taxas de morbidade reprodutiva e de mortalidade materna. Duas faces da mesma moeda - a negação da autonomia das mulheres.⁴⁰

Desse modo, diante do cenário de políticas populacionais que afetaram diretamente a vida das mulheres, elas não eram consideradas sujeitos de direitos, mas objetos de estudos e de metas governamentais. O movimento feminista, no entanto, buscou consolidar os interesses das mulheres nesse debate global, como será exposto adiante.

³⁷ COSTA, Alcione et al. HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, 2013, p. 76.

³⁸ MONTEIRO, S. A. S.; MOMESSO, M. R. A BEMFAM: do planejamento familiar à ética da existência. *Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras*, v. 18, n.1, 2022, p. 146.

³⁹ SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. Idem, 2010, p. 52.

⁴⁰ REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Marcos de saúde da mulher dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Ferramentas para ação política das mulheres: Projeto Trilhas de Saúde das Mulheres*. Porto Alegre, 2008, p. 2.

1.2 O movimento feminista nas lutas pelo corpo

É costumeiro falar do feminismo a partir da metáfora das ondas, haja vista que a história do movimento de mulheres apresentou momentos de maior articulação em torno de determinadas bandeiras. Assim, a “primeira onda” do feminismo, ocorrida nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, é considerada aquela em que mulheres em vários países lutaram por direitos de cidadania, notadamente pelo direito ao voto e acesso à educação. A “segunda onda”, por sua vez, diz respeito ao surgimento de movimentos organizados de mulheres em muitos países ocidentais nas décadas de 1960 e 1970. O feminismo nesse período esteve ligado a uma tendência internacional de contestação cultural e de padrões naturalizados da organização social em um movimento de afirmação de novos sujeitos políticos.

Nesse contexto, o feminismo se impõe como movimento que reivindica a superação das hierarquizações de gênero e a consequente condição subalterna da mulher na sociedade. Para tanto, as feministas da época se engajaram em uma crítica da noção tradicional de política enquanto prática da esfera pública. A politização da vida privada foi, então, mote teórico do feminismo de segunda onda. “O pessoal é político” foi frase muito proferida nesse contexto. Segundo Lucila Scavone: “Politizar o privado significava ampliar a visão da política para além dos limites da esfera pública e de suas implicações institucionais, como também, considerar que as relações de poder entre os gêneros atravessavam as duas esferas, isto é, o conjunto das relações sociais”.⁴¹

Seguindo a bandeira política da politização do privado, esfera socialmente atribuída às mulheres, as feministas da segunda onda se engajaram na luta pelo corpo. O lema “Nosso corpo nos pertence”, proclamado até os dias de hoje, sintetiza bem o ideal feminista nessa área. Assim, questões como o direito a uma sexualidade plena, a reivindicação do prazer feminino, a autonomia sobre o próprio corpo no que diz respeito à reprodução caracterizaram esse momento do movimento.⁴²

O impacto das discussões e reivindicações nessa esfera foram incontestes. A expressão “revolução sexual”, utilizada tanto em âmbito acadêmico quanto no cotidiano, faz referência a mudanças culturais em torno da sexualidade em grande parte associadas aos avanços do movimento feminista. De fato, os avanços na contracepção possibilitaram a

⁴¹ SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. Idem, 2010, p. 48.

⁴² Ibidem, p. 49-50.

separação entre sexualidade e reprodução, possibilitando um distanciamento ou mesmo a negação do papel materno imposto às mulheres e tomado como destino natural. A nova realidade abria espaço para questionamentos nas relações afetivo-sexuais e seu conteúdo patriarcal. Portanto, o feminismo tratou de politizar as mudanças trazidas pelas tecnologias contraceptivas no sentido de romper com os princípios de dominação masculina que vinham com elas.⁴³ Tratava-se de, além de lutar pelo direito de dispor do próprio corpo, propor práticas de liberdade e a superação da dominação social sobre os corpos, dominação manifestada na imposição de uma sexualidade hegemônica, por exemplo.⁴⁴

As lutas pelo corpo passavam pela crítica do controle social exercido sobre os corpos, em especial os femininos. Segundo Scavone: “O discurso feminista se abria, então, para um debate político sobre o corpo ao afirmar suas diferenças, reivindicar seus direitos, praticar sua liberdade e se insurgir incansavelmente contra o controle social ao qual era submetido”.⁴⁵ Nesse sentido, a luta pela autonomia corporal — bandeira fundamental do feminismo de segunda onda — implicou a demanda por aborto seguro e pelo acesso aos métodos contraceptivos para todas as mulheres. Em suma, estava em jogo o direito de decidir sobre como utilizar a própria capacidade reprodutiva.

A trajetória internacional mostrou uma luta pelo planejamento familiar, entendido como um direito de autonomia sobre o próprio corpo e garantia plena da igualdade entre os gêneros. Os países latino-americanos, no entanto, viveram um processo diferente. Autoras como Joana Maria Pedro e Lucila Scavone⁴⁶ traçam as diferenças entre o processo brasileiro e o francês para exemplificar as particularidades da recepção dos métodos contraceptivos e seus significados em diferentes regiões.

O feminismo brasileiro, como já aludido anteriormente, teve em sua segunda onda um início intimamente atrelado à luta pela democratização do país. Assim, teve como questão fundamental o conflito entre a luta política geral e a luta especificamente feminina. Alguns grupos de esquerda atuantes na oposição à ditadura militar por vezes discriminaram as feministas e consideraram sua luta separatista. Tal conflito se impôs fortemente durante a década de 1970, fase em que os grupos feministas começaram a ressurgir, especialmente na forma de grupos de consciência ou reflexão e coletivos, mas ainda que se declarassem

⁴³ Ibidem, p. 50.

⁴⁴ Ibidem, p. 49.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ver: SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010. e PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, pp 239-260, 2003.

independentes, mantinham estreita relação com organizações de esquerda. A situação era tal que até alguns grupos de mulheres relevantes no cenário nacional evitavam se identificar como feministas e comprometidos com as questões de gênero.

Em razão de sua situação algo delicada, o movimento feminista brasileiro nessa primeira década teve maior dificuldade em tratar de temas como liberdade sexual, aborto e contracepção. Conforme Maria Betânia Ávila:

[...] os temas da reprodução e da sexualidade não inauguraram a primeira pauta do feminismo contemporâneo brasileiro. A conjuntura política do regime militar, a aliança com a Igreja e com os partidos de esquerda eram fundamentais na luta contra o arbítrio e, em função disso, as questões referentes à sexualidade e à reprodução tiveram que ficar estrategicamente fora do emergente discurso feminista. A inclusão desse ternário no final dos anos 1970 tem vários significados: superação do tabu, ampliação dos espaços democráticos dentro da oposição ao regime e, ao mesmo tempo, “descompressão” política por parte do regime autoritário. O debate sobre aborto, sexualidade, que coloca o corpo como tema da política, se instala nos anos 1980.⁴⁷

Desse modo é possível estabelecer uma primeira particularidade do processo brasileiro: enquanto no cenário internacional esses assuntos se constituíram como pautas essenciais e iniciais, no Brasil o movimento feminista tinha outras pautas prioritárias e precisou trabalhar a luta pelo corpo com cuidado e de maneira mais lenta. Além disso, a própria maneira como a contracepção e o planejamento familiar foram tratados aqui provocou uma reação diferente por parte das feministas. Como exposto anteriormente, no Brasil, como em outros países pobres, as novidades contraceptivas foram liberadas imediatamente em razão de pressões do imperialismo norte-americano em sua política de controle populacional.

As entidades privadas de planejamento familiar também atuavam sem muitas restrições no país, distribuindo pílulas anticoncepcionais e realizando cirurgias de esterilização feminina de maneira indiscriminada. Essa situação prejudicava principalmente as mulheres pobres e — o recorte de raça no Brasil se faz necessário — negras. A distribuição dos medicamentos acontecia com o objetivo de controle populacional e não com vistas à garantia da autonomia corporal e da saúde femininas. Desse modo, a forma como o problema do planejamento familiar estava sendo tratado no país fez com que as feministas brasileiras se comportassem de maneira diversa das feministas europeias e norte-americanas. Como aponta

⁴⁷ ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 165.

Aílla Kássia de Lemos Santos, “[...] o movimento feminista brasileiro não se comportou como os movimentos europeus e estadunidense, pois tiveram que atuar, entre outras questões, também na *proteção do corpo feminino*”.⁴⁸

Além disso, as feministas brasileiras da década de 1970, muito ligadas a uma formação marxista, rejeitavam a relação malthusiana entre pobreza e crescimento populacional e defendiam que as causas da pobreza estavam nas relações de exploração capitalistas, produtoras de miséria. Dessa maneira, o planejamento familiar foi inicialmente mal visto pelas feministas brasileiras. Porém, em qualquer situação, tanto no Brasil quanto nos países ricos, permanecia o princípio feminista de não sujeição ao controle social sobre os corpos das mulheres. Permanecia a defesa de que os corpos femininos não deveriam ser alvo nem de políticas controlistas do Estado nem deveriam ser reduzidos à sua capacidade reprodutiva, pelas políticas natalistas. Segundo Costa, “O movimento feminista propunha um desfecho às manipulações dos controlistas e dos natalistas sobre o corpo feminino”.⁴⁹

Ainda segundo Scavone, as feministas:

[...] pretendiam romper com qualquer discurso impositivo sobre seus corpos, em busca da autonomia reprodutiva, ao reivindicarem a contracepção livre e gratuita, na França; ou, ao questionarem a imposição da forma que a contracepção lhes foi imposta pelas políticas demográficas, no Brasil.⁵⁰

Nas décadas seguintes, entretanto, o movimento feminista brasileiro iria revisar seus posicionamentos acerca do planejamento familiar, introduzir um novo paradigma na discussão e fazer avançar institutos legais que beneficiariam as mulheres.

1.3 A década de 1980 e a disputa pelas políticas de saúde da mulher

A década de 1980 foi marcada por uma conjuntura política mais favorável aos movimentos sociais. A transição democrática possibilitou a ação organizada de diversos grupos, que almejavam interferir na construção dos rumos do país. Nesse contexto, o movimento feminista se empenhou em levar suas demandas ao debate público e ao Estado. Os

⁴⁸ SANTOS, Aílla Kássia de Lemos. Movimento Feminista e o Debate da Contracepção – Uma Análise Acerca do Contexto Brasileiro na Década de 1970. In: XII Encontro Estadual de História, 2020, História e Mídias: narrativas em Disputa, p. 8, (grifo nosso).

⁴⁹ Costa AM, Guilhem D, Silver LD. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** 2006; 6(1):75-84, p. 76.

⁵⁰ SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. Idem, 2010, p. 51.

problemas femininos ganharam maior visibilidade e aceitação na sociedade e muitos avanços foram conquistados. A partir de 1983 começaram a surgir os Conselhos da Condição Feminina pelo país bem como as primeiras delegacias especializadas no atendimento às mulheres.⁵¹

Nesse período o movimento feminista experimentou uma tendência à especialização em torno de determinadas pautas e em coletivos. Também se observou o desenvolvimento de um feminismo acadêmico e o estabelecimento dos campos dos Estudos de Gênero e História das Mulheres nas universidades brasileiras. Nesse contexto, os grupos feministas tiveram uma conjuntura favorável a novas discussões e ao avanço de pautas evitadas anteriormente.

Como mencionado anteriormente, a década de 1980 no Brasil foi um período de maior abertura para as discussões típicas da segunda onda feminista como liberdade sexual e saúde reprodutiva. O contexto histórico de construção democrática era favorável às demandas por igualdade e as questões de autonomia corporal passaram a integrar efetivamente a agenda feminista. Assim, temas como acesso à contracepção, legalização do aborto e assistência à saúde feminina se tornaram bandeiras essenciais da mobilização das mulheres na transição democrática. Segundo Ávila, citada por Lucila Scavone,⁵² a redemocratização inaugurou a “segunda década dos direitos reprodutivos”, marcada pela apropriação do conceito de direitos reprodutivos.

O movimento feminista passou a intervir de maneira mais propositiva no debate nacional sobre planejamento familiar, passando a entendê-lo como necessário para a construção da igualdade de gênero. À crítica já existente ao modo como o planejamento familiar era tratado no país foram adicionadas propostas que contemplassem as aspirações das mulheres. Documento emblemático da mobilização feminista sobre o tema é a Carta de Itapecerica,⁵³ resultado do 1º Encontro de Saúde da Mulher, evento realizado em Itapecerica da Serra, São Paulo, em 1984. Nele há uma crítica ao sistema de saúde em geral e, em particular, aos serviços de saúde prestados ao público feminino.

Uma importante demanda presente na carta diz respeito à saúde integral da mulher. Até então, as políticas de saúde voltadas para as mulheres tinham um viés materno-infantil,

⁵¹ MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 47, pp. 5–40, 2016, p. 8.

⁵² SCAVONE, L. Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 9, 2007, p. 2.

⁵³ Disponível em: <https://redesaude.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-de-Itapecerica-1984.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ou seja, priorizavam a função procriativa. Segundo Ramos⁵⁴, até meados da década de 1970, a intervenção médica sobre o corpo da mulher apenas reafirmava sua condição de mãe. O movimento feminista buscou reverter essa situação e aspirava à uma saúde feminina abrangente, para todas as fases da vida, democrática e dirigida a todas as mulheres, mesmo as que não tem filhos.⁵⁵ Esse ideal está expresso na Carta de Itapeperica, em sua terceira página:

[...] exigimos um programa de saúde integral para a mulher envolvendo todos os seus ciclos biológicos: infância, adolescência, juventude, maturidade, menopausa e velhice; concretizados na sua especificidade sexual (menstruação, contracepção, gravidez, parto, aleitamento, infertilidade, doenças venéreas, prevenção do câncer ginecológico e de mama, saúde mental e algumas doenças clínicas mais comuns), tudo isso integrado com a prevenção e tratamento das doenças relativas a sua inserção concreta no sistema produtivo, seja como trabalhadora e/ou dona-de-casa.

A movimentação dos grupos feministas na disputa pela orientação das políticas públicas deu resultados. Sua articulação com o Movimento da Reforma Sanitária⁵⁶ que acontecia no país rendeu a criação, em 1983, do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher). Tratava-se da primeira vez que o Estado brasileiro propunha, de maneira explícita, um programa sobre a regulação da fecundidade.⁵⁷ A elaboração do programa incluiu sanitaristas, pesquisadores, feministas e representantes do Ministério da Saúde e representou um marco por ser uma política para mulheres planejada com forte participação de mulheres organizadas.

Como afirma Ramos, o PAISM foi lançado pelo governo militar em 1983, regulamentado em 1986 e normatizado apenas em 1988. Representou uma das políticas de saúde mais relevantes no cenário brasileiro por sua orientação progressista, proposição de novos paradigmas em saúde e por contemplar a demanda feminista pelo planejamento familiar. Conforme Silveira:

Sobre o planejamento familiar (o PAISM), afirma a livre escolha, preconizando que as pessoas não se submetam a riscos para a saúde em consequência da procriação e da anticoncepção. Tendo como propósito a garantia da autonomia na escolha dos métodos contraceptivos, são

⁵⁴ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Idem, 2008. p. 66.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ O movimento da reforma sanitária foi um movimento social surgido em meados da década de 1970. Tinha como bandeira a luta pelo direito à saúde e defendia a necessidade de transformações no setor da saúde.

⁵⁷ SILVEIRA, Paloma; PAIM, J.S.; ADRIÃO, K.G. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, pp. 276-291, 2019, p. 282.

valorizadas práticas de educação em saúde e sexualidade, compreendidas como potentes ferramentas para a produção de informações que promovam a capacidade crítica das mulheres para a eleição dos métodos e que a atenção ao planejamento familiar seja realizada dentro da atenção à saúde, dessa forma, sob as diretrizes do princípio da integralidade.⁵⁸

Apesar da euforia em torno do programa, houve também certa desconfiança entre algumas feministas e sanitaristas. A criação do programa ainda em um governo militar certamente impactou sua recepção. Além disso, havia o receio de que se tratasse de mais uma política controlista. Houve também dificuldades em sua implementação. Ramos, aponta que o programa não foi efetivamente implementado em todo o território nacional e ficou restrito a alguns setores e experiências interrompidas. Ainda segundo a autora, a despeito das dificuldades, o PAISM possibilitou que as mulheres brasileiras chegassem à Nova República podendo dispor de serviços de planejamento familiar no sistema público de saúde.⁵⁹

O PAISM certamente representou o avanço das concepções feministas no debate sobre planejamento familiar, mas a articulação feminina em torno dos rumos da saúde continuou ao longo da década. Os canais democráticos foram utilizados como meios para a concretização dos projetos feministas. A Assembleia Constituinte foi um espaço privilegiado de arregimentação de mulheres. Diversos grupos feministas se engajaram, entre outras estratégias, em participar efetivamente das movimentações da Assembleia Constituinte. Segundo Januária de Oliveira:

[...] as mulheres se fizeram presentes durante todo o processo de elaboração da Constituição, nos corredores e gabinetes do Congresso, num trabalho intenso para que suas demandas fossem atendidas. Não só na Assembleia Nacional, mas em todo país houve um amplo engajamento das mulheres.⁶⁰

O chamado “lobby do batom” marcou presença em todo o processo de produção da nova Constituição Federal, desde campanhas para eleição de mulheres para a Constituinte à pressão pela aprovação de institutos legais em favor da igualdade de gênero. Um marco na luta feminista no Brasil foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985 pelo Governo Sarney. Fruto dos movimentos de mulheres, o CNDM se constituiu enquanto espaço de deliberação e articulação em torno de questões femininas junto ao

⁵⁸ Ibidem, p. 283.

⁵⁹ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Idem, p. 68-69.

⁶⁰ OLIVEIRA, Januária Teive de. Lobby das meninas: a mulher na constituinte de 1987/88. 2020. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/213-lobby-das-meninas.html>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Estado.⁶¹ O cenário político para o movimento feminista durante a redemocratização é bem ilustrado por Rodrigues, citado por Amâncio:

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução com o Governo dando início a outra fase, o reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem questões para serem enfrentadas por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.⁶²

Outro documento que demonstra a força do movimento feminista é a Carta das Mulheres aos Constituintes. A carta foi aprovada em encontro nacional promovido pelo CNDM em 1986 e contou com a participação de milhares de mulheres representando diversas organizações de todo o país. O documento representou um marco na trajetória de luta feminista junto ao Estado.⁶³

A carta apresenta demandas em diversas áreas como trabalho, educação e cultura, enfrentamento à violência contra a mulher e saúde. A seção sobre saúde evidencia a permanência da disputa pelos termos da organização da saúde feminina no Brasil. Além disso, a demanda por autonomia corporal, acesso à contracepção e o repúdio a intervenções nacionais ou internacionais no exercício da sexualidade também estão presentes no documento, o que demonstra a continuidade da participação feminista no debate sobre planejamento familiar. Cito quatro dispositivos da carta em sua seção sobre saúde que expressam as demandas feministas no âmbito da saúde e do planejamento familiar:⁶⁴

- 2- Garantia de Assistência Integral à Saúde da Mulher em todas as fases da sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.
- 5- Será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da

⁶¹AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, n. 5, jul.-dez, 2013, p. 75.

⁶² Ibidem, p. 76.

⁶³ PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. In: **SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES**, 2018, Rio de Janeiro. Série Anais de Seminários 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018, p. 49.

⁶⁴ CÂMARA LEGISLATIVA. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988_Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

mesma forma, será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6- Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo.

10- É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e, ao momento específico, de sua história de vida.

Após mais de duas décadas de elaboração da questão do planejamento familiar no seio do movimento feminista, o direito finalmente foi assegurado na Constituição Federal de 1988 no §7 do Art. 226:

No documento, estão estabelecidas as diretrizes a serem obedecidas pelo legislador ordinário, que não deve vincular direito e acesso aos serviços de planejamento familiar às políticas de controle demográfico. Entre essas diretrizes figuram claramente, a liberdade de decisão do casal e a responsabilidade do Estado em prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito.⁶⁵

1.4 O momento dos direitos reprodutivos

É possível afirmar que o campo da reprodução humana foi fortemente disputado por diferentes interesses e ideologias nos últimos séculos. Os movimentos feministas conseguiram introduzir novas perspectivas no debate internacional, trajetória que culminou no estabelecimento do paradigma dos “direitos reprodutivos”. Segundo Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila, o conceito de direitos reprodutivos é marcadamente contemporâneo. Até meados da década de 1980 a noção de saúde integral da mulher era o conceito utilizado para articular as demandas feministas por cidadania e autonomia na esfera reprodutiva.⁶⁶

O uso do termo direitos reprodutivos resulta, então, de uma trajetória de discussão internacional em que as mulheres organizadas em muito contribuíram. Maria Betânia Ávila aponta dois marcos desse processo: o Tribunal Internacional do Encontro sobre Direitos Reprodutivos (Amsterdã, 1984), no qual tendências controlistas foram amplamente questionadas e o termo direitos reprodutivos foi estrategicamente utilizado; e a Conferência

⁶⁵ COSTA AM, Guilhem D, Silver LD. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. Idem, 2006, p. 76-77.

⁶⁶ CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos – Pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). **Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 9.

das Nações Unidas da Década das Mulheres (Nairóbi, 1985), na qual “a promoção dos direitos da reprodução ‘como uma aquisição fundamental das mulheres para uma justa posição na sociedade’ tornou-se um objetivo universal das ativistas feministas”.⁶⁷

Sobre o percurso brasileiro, Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila afirmam:

No Brasil a inflexão da terminologia Saúde da Mulher em direção ao uso sistemático do conceito de direitos reprodutivos iniciou-se em 1984 quando um grupo de feministas brasileiras retornou do I Encontro Internacional de Saúde da Mulher realizado em Amsterdã, em 1984.

Segundo as autoras, nesse evento houve o primeiro consenso internacional de que o termo “direitos reprodutivos” era mais abrangente e adequado que saúde da mulher. As brasileiras que participaram do encontro, então, introduziram a terminologia no país e passaram a utilizá-la nos debates que já aconteciam dentro do âmbito do movimento feminista em torno da saúde feminina, contracepção, autonomia corporal. O termo passou a ser amplamente discutido e elaborado tanto dentro dos movimentos feministas quanto nas esferas políticas internacionais.

Todas essas contribuições políticas e teóricas culminariam em outro marco fundamental na trajetória dos direitos reprodutivos: a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994. A partir dessa conferência, o conceito de direitos reprodutivos foi finalmente consagrado em um documento das Nações Unidas.⁶⁸ Foi também nessa conferência que se superou a ideia malthusiana de que o tamanho da população era causa direta da miséria.⁶⁹ Como aponta Télia Negrão:

O Programa do Cairo introduz um novo paradigma no debate sobre população ao deslocar a questão demográfica para o âmbito dos direitos humanos, quer dizer, identificando os direitos reprodutivos como direitos humanos. Contudo, tal reconhecimento só tornou-se possível devido à atenção e postulação incisiva do movimento de mulheres.⁷⁰

⁶⁷ ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 159.

⁶⁸ CORRÊA e ÁVILA. op. cit., p. 20.

⁶⁹ RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 44.

⁷⁰ REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Marcos de saúde da mulher dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Ferramentas para ação política das mulheres: Projeto Trilhas de Saúde das Mulheres. Porto Alegre, 2008, p. 3.

Desse modo, a noção de direitos reprodutivos postulou que o direito à autonomia corporal e ao acesso aos meios para a tomada de decisão acerca da própria reprodução são direitos humanos. Desvincula-se, então, o debate sobre reprodução humana das noções tradicionais de *controlismo* e *natalismo*, numa incontestável incorporação das contribuições desenvolvidas no seio do movimento feminista internacional.

No Brasil o conceito de direitos reprodutivos também se firmou na década de 1990. Nesse sentido, o planejamento familiar ganha novos contornos. Distanciado das práticas controlistas das entidades internacionais que vinham atuando no país, o planejamento familiar passou a ser entendido como fundamental para a garantia dos direitos reprodutivos. O direito, que já havia sido consagrado na Constituição Federal de 1988, também foi abordado na Lei 9.263,⁷¹ de 1996. A definição de planejamento familiar trazida pela referida lei se encontra em seu artigo segundo:

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o *caput* para qualquer tipo de controle demográfico.

Conforme explicitado em seu parágrafo único, é vedada a utilização do planejamento familiar para fins de controle demográfico, o que demonstra claramente a vigência do novo paradigma centrado nos direitos reprodutivos em torno da regulação da fecundidade. Além disso, o planejamento familiar, nos termos da lei, é voltado para a mulher, o homem ou o casal, ou seja, a reprodução humana passa a ser vista de modo mais abrangente, como assunto que diz respeito a todos e não apenas às mulheres.

Os direitos reprodutivos ainda são politicamente disputados, uma vez que são constantemente ameaçados por posturas conservadoras no Brasil e no mundo. A concretização e permanência de direitos depende de diversos fatores, sendo a conjuntura política um deles. No Brasil a luta pela garantia desses direitos segue se atualizando, notadamente no que diz respeito à garantia de assistência à saúde feminina, de acesso aos métodos contraceptivos e à legalização da interrupção voluntária da gravidez. No capítulo

⁷¹ BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm>.

seguinte abordaremos de maneira mais detalhada uma parcela específica da luta pelos direitos reprodutivos no Brasil: a discussão em torno do planejamento familiar presente no jornal **Mulherio**.

2. CAPÍTULO II - O planejamento familiar nas páginas de Mulherio

2.1 Contexto de produção

O jornal Mulherio, fonte principal deste trabalho, se insere nas publicações da chamada imprensa alternativa. Segundo Ana Paula Nascimento Araújo,⁷² essa imprensa era constituída por jornais em formato tabloide ou mini tabloide – o que lhe gerou a denominação de “imprensa nanica” –, de tiragem irregular em sua maioria e sempre de oposição. Esses jornais, apesar de sua variedade, tinham como características comuns a efemeridade, o discurso contra hegemônico e contra a ditadura, o desprezo ao lucro.⁷³ Cabe ressaltar que esse tipo de imprensa surgiu na década de 1970 no contexto da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo regime militar.

Alguns fatores podem explicar o surgimento da imprensa alternativa. A vontade de alguns jornalistas de exercer sua crítica de maneira independente da mídia hegemônica; a necessidade de tentar escapar da censura imposta pelo regime; o desejo de criar um ambiente para denunciar a repressão da ditadura e lutar pelo fim da ordem política autoritária; divulgar as ideias políticas dos grupos de esquerda; contestar valores estabelecidos, entre outros. Jornais como *Opinião*, *Pasquim*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo* figuram entre os nomes mais conhecidos da imprensa nanica. Em suma, “[...] apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo.”⁷⁴ Conforme Bernardo Kucinski:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. [...] destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa. [...] Opunham-se, por princípio, ao discurso oficial.⁷⁵

⁷² ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 169.

⁷³ MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. Idem, p. 25-27.

⁷⁴ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 7.

⁷⁵ Ibidem, p. 13.

Ainda que todos os jornais da imprensa alternativa tivessem um caráter contestatário, existiam segmentos especializados. A variedade dos jornais contemplava publicações de minorias políticas⁷⁶ como homossexuais, negros e mulheres. Assim, uma imprensa feminista também surgiu e se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980, contando com mais de 75 periódicos.⁷⁷ Conforme Cestari, “[...] a imprensa feminista é fundamental no processo de construção de sentidos do feminismo no Brasil. [...] Os jornais feministas colocam-se como parte de um processo de construção de um lugar de enunciação público e político das mulheres.”⁷⁸

Assim, a imprensa feminista foi um lugar de construção do feminismo brasileiro. Lugar de articulação, discussão e divulgação de ideias, a imprensa feminista também carregou a marca do conflito entre as lutas de classe e pela democracia e as lutas específicas das mulheres. Especialmente nos anos iniciais, a imprensa alternativa feminista “afirmava a especificidade da luta feminista, mas procurava articulá-la com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Insistia na especificidade e não na autonomia”.⁷⁹

Nesse sentido, a classificação proposta por Elizabeth Cardoso é pertinente. A autora divide a imprensa feminista pós-1974 em duas gerações: a primeira geração, de 1974 a 1980, seria, em geral, mais voltada para a questão de classe; já a segunda geração, a partir de 1981, seria mais voltada para a questão de gênero. Conforme elucida a autora:

Nota-se que enquanto a primeira geração está marcada pelo debate entre ‘questão da mulher’ versus ‘questão geral’, ‘feminismo liberal’ versus ‘feminismo marxista ortodoxo’ por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens, pela questão da autonomia partidária e pelo Combate à ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade planejamento familiar e violência contra mulher); tende a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero.⁸⁰

⁷⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 169.

⁷⁷ FREITAS, Viviane Gonçalves. O Jornal Mulherio e Sua Agenda Feminista: Primeiras Reflexões à Luz da Teoria Política Feminista. **História, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 156.

⁷⁸ CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa Feminista Brasileira na década de 1970: Um Lugar de Enunciação Público e legítimo das Mulheres. **Língua, Literatura e Ensino**. Campinas, v. 3 (2008): 5º SePeG - Seminário de Pesquisas de Graduação, p. 112.

⁷⁹ ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. Idem, 2004, p. 160.

⁸⁰ CARDOSO, Elisabeth da P. (2004) Imprensa feminista brasileira pós-1974. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, p. 38.

Os jornais Brasil Mulher (1975-1979) e Nós Mulheres (1976-1978) são considerados pioneiros na imprensa alternativa feminista e são os exemplares mais conhecidos da primeira geração. Mulherio, por sua vez, foi um dos periódicos mais longevos da segunda geração.

Segundo Cestari: “O conceito de *condições de produção* ocupa um lugar fundamental na Análise do Discurso. O analista do discurso busca compreender tais condições para a constituição do *corpus discursivo*. Esta compreensão extrapola o linguístico e envolve a conjuntura sócio-histórica.”⁸¹ Desse modo, para realizar uma análise qualificada do discurso do jornal Mulherio acerca do tema do planejamento familiar, faz-se necessário proceder a um exame das condições gerais do jornal, avaliando sua inserção no contexto histórico, seus objetivos, sua proposta, pautas, conselho editorial, entre outros aspectos.

O jornal Mulherio foi criado no ano de 1981, em São Paulo. Surgiu a partir da vontade de pesquisadoras da condição da mulher brasileira vinculadas à Fundação Carlos Chagas (FCC). Como disposto em seu número 0, publicação de apresentação do jornal, a ideia inicial era criar um espaço para divulgação de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema da condição feminina. Posteriormente, conforme a ideia do jornal amadureceu, as criadoras ampliaram o público alvo, incluindo grupos de mulheres, canais de comunicação e entidades culturais e acadêmicas. Houve também ampliação dos objetivos do jornal:

Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação.⁸²

Com essa proposta, o jornal Mulherio circulou de 1981 a 1988, recebendo apoio financeiro da Fundação Ford durante toda a sua existência. O apoio financeiro da FCC, no entanto, durou apenas até 1983, quando o jornal se desvinculou da Fundação. O periódico tinha o formato mini tabloide, continha 24 páginas e alcançou a marca de 42 edições publicadas. Sobre o contexto sócio-histórico em que Mulherio se inseriu, Viviane Freitas aponta algumas características: maior abertura à discussão das questões especificamente femininas; tendência à especialização dos movimentos feministas; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; reconhecimento governamental de

⁸¹ CESTARI, Mariana Jafet. Op. Cit. p. 108 (grifo nosso).

⁸² Editorial do jornal **Mulherio**, nº 0, março-abril/81, p. 1.

que a saúde da mulher requeria atenção especializada; candidaturas de mulheres ao Legislativo; participação feminina na luta pela democratização do país; surgimento dos Conselhos da Condição Feminina, entre outros.⁸³

A autora, em sua tese de doutorado, divide a trajetória do jornal em três fases. A primeira fase, de maio/abril de 1981 a setembro/outubro de 1983, foi o período em que o jornal esteve vinculado à Fundação Carlos Chagas. Contou com 16 edições e teve periodicidade bimestral nas publicações. Nessa fase, a jornalista responsável era Fúlvia Rosenberg e a editora, Adélia Borges.

A segunda fase foi de maio/junho de 1984 a abril/maio de 1988. O jornal interrompeu suas atividades por sete meses após o apoio da FCC ao projeto ser finalizado. A reorganização do jornal passou pela decisão de abrir mais espaço para anúncios, uma vez que apenas o apoio financeiro da Fundação Ford não era suficiente para garantir a continuidade das publicações. Assim, cabe ressaltar que “Para a continuação do projeto, certamente foram importantes fatores como a carreira consolidada de suas pesquisadoras, a maioria funcionária da FCC, e também a localização da sede do periódico num centro de produção intelectual no Brasil.”⁸⁴ Nessa época, as editoras fundaram o Núcleo de Comunicações Mulherio, que passou a ser responsável pela publicação do jornal. A editora dessa fase foi Inês Castilho e foram publicadas 24 edições na segunda fase.

Por fim, a terceira fase do jornal contou com apenas duas publicações, em junho e julho de 1988. Mulherio passou a circular com o nome *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura* e adquiriu caráter mais cultural que político. Passou a ser editada por dois homens – o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz. Inês Castilho permaneceu na equipe até o encerramento do jornal.⁸⁵

No que diz respeito à agenda de Mulherio, por ser um exemplar da segunda geração da imprensa feminista, os temas relativos ao gênero e a condição feminina no país foram a tônica do jornal em suas duas primeiras fases. Como resultado de um extenso levantamento do conteúdo do jornal, Viviane Freitas elenca os três assuntos mais abordados no jornal:

⁸³ FREITAS, Viviane Gonçalves. De qual feminismo estamos falando? Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. Tese de doutorado. Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 93 e 94.

⁸⁴ GOMES, Raísa Adriane. Entre conversas feministas: debates sobre aborto e Constituinte em Mulherio (1981-1988). Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2019, p. 44.

⁸⁵ Todas essas informações foram encontradas na tese de doutorado de Viviane Freitas, nas páginas 93 a 103.

organizações de mulheres (16%), família (13%) e direitos sexuais e reprodutivos (10%).⁸⁶ Nota-se que o jornal acompanhava a importância que os debates sobre direitos reprodutivos adquiriram na sociedade brasileira à época:

Quanto aos direitos reprodutivos de uma maneira geral, a época da primeira e da segunda fase do jornal, principalmente, foi quando houve grande debate sobre as políticas de planejamento familiar que estavam em implantação no Brasil, sem muita atenção à própria saúde das mulheres. Nesse momento, as políticas públicas direcionadas para a saúde das mulheres não tinham como foco seu bem-estar e ações de cunho preventivo: o interesse estava no controle da natalidade pelo Estado e na imposição das mulheres ao papel de mãe, o que pode justificar a importância que o debate ganhou nas páginas do *Mulherio*, a fim de servir como alerta e embasamento crítico às leitoras.⁸⁷

Quanto ao modo de abordagem característico do jornal, diferentemente das publicações da geração anterior, *Mulherio* “trazia textos mais analíticos, a fim de que se buscassem soluções concretas para os problemas femininos, calcados em dados, censos e estatísticas.”⁸⁸ Assim, era prática do jornal ter uma matéria principal, retratando e discutindo um assunto específico de maneira aprofundada. Outra característica essencial para a compreensão do jornal *Mulherio* é sua não filiação a uma corrente ou grupo feminista. O jornal se propunha a ser um espaço aberto para discussões, portanto, não adotava uma posição pré-estabelecida nos debates. Conforme expresso no editorial n. 0:

[...] *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto - seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições.

Quanto à recepção do jornal no país, como aponta Raísa Gomes, o acesso dependia da assinatura do jornal ou da compra em bancas e livrarias. O jornal também era lido em alguns programas de rádio. Pela carta das leitoras é possível perceber que o jornal era lido por pessoas das mais variadas regiões do país e até mesmo do exterior. E quanto à tiragem, *Mulherio* chegou a ter 8 mil exemplares na sua terceira edição, o que é notável entre os periódicos alternativos.⁸⁹

⁸⁶ FREITAS, Viviane Gonçalves. Op. Cit., p. 100.

⁸⁷ FREITAS, Viviane Gonçalves. Op. Cit., p. 102-103.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 96.

⁸⁹ GOMES, Raísa Adrienne. Entre conversas feministas: debates sobre aborto e Constituinte em *Mulherio* (1981-1988). *Idem*, 2019, p. 47.

Diante das informações sobre o jornal Mulherio e tendo em vista a relevância que os temas relativos aos direitos reprodutivos adquiriram no jornal, as próximas seções serão dedicadas a uma análise detalhada do discurso do jornal acerca do planejamento familiar.

2.2 O que querem as mulheres?

Conforme explicitado anteriormente, era prática do jornal Mulherio produzir uma matéria principal por edição. Um tema era escolhido para ser trabalhado na matéria de maneira aprofundada com dados, resultados de pesquisas ou entrevistas com especialistas. Tendo em vista essa característica do jornal, foi realizada uma seleção das edições cuja matéria principal versava sobre direitos reprodutivos, planejamento familiar ou temas correlatos. Entre as matérias promissoras encontradas, foram escolhidas apenas quatro para integrar o *corpus documental* deste trabalho.

Uma vez que planejamento familiar e direitos reprodutivos constituem o terceiro tema mais tratado em toda a história de Mulherio, uma tentativa de analisar todas as matérias que discorreram sobre o assunto fugiria ao escopo deste trabalho de conclusão de curso. Portanto, apenas as edições de número 7, 14, 18 e 21 foram selecionadas. Como critério para tal escolha, as matérias deveriam discutir expressamente o planejamento familiar no Brasil — e temas naturalmente relacionados — e a questão da autonomia corporal das mulheres. Cabe ressaltar que todas as matérias escolhidas integram apenas as duas primeiras fases do jornal, nenhuma matéria da terceira fase foi escolhida, haja vista o caráter predominantemente cultural do jornal Nexo.

A matéria da edição número 7 contém três textos. O primeiro, intitulado *Repensando Nossas Propostas*, traz uma entrevista concedida pela demógrafa Elza Berquó às jornalistas Carmen Barroso e Wanda Nestiehner. O segundo texto, escrito por Lúcia Araujo e Maria Carneiro da Cunha, intitulado “Cresce a Campanha pela Legalização do Aborto”, apresenta informações sobre recentes discussões a respeito do aborto no Brasil. Por fim, um texto escrito por Ruth Cardoso e Tereza Caldeira proporciona um olhar mais abrangente sobre os posicionamentos das mulheres que compõem o jornal no que tange ao planejamento familiar. No texto, intitulado “Esquerda Repete Velhos Chavões”, as autoras argumentam contra os posicionamentos correntes no debate da contracepção, rebatem argumentos utilizados até pela esquerda e afirmam os interesses feministas.

A matéria da edição de número 14 é composta por dois textos. No primeiro, de autoria de Carmen Barroso, intitulado “Planejamento Familiar”, há uma exposição de informações e opiniões sobre o tema no Brasil. Trata-se de um texto de linguagem jornalística que propõe discutir o tema de maneira embasada, como é característica do jornal. Já o segundo texto, produzido por Inês Castilho, expõe propostas e aspirações de mulheres feministas pelo Brasil a respeito do planejamento familiar.

A matéria da edição número 18, escrita por Ethel Leon e intitulada “O corpo é nosso...eles não acham”, traz informações sobre acontecimentos recentes à época na esfera global da questão demográfica e apresenta opiniões da autora. Por fim, o texto da última edição selecionada, de número 21, intitulado “De novo: o Direito de Controlar Nosso Próprio Corpo”, traz informações, experiências em curso no país, bem como o testemunho de uma mulher sobre como a falta do acesso à contracepção adequada impactou sua trajetória de vida.

Cada texto apresenta modos e formatos distintos para abordar os assuntos, porém todos têm em comum a linguagem típica do jornal *Mulherio*: uma linguagem eminentemente jornalística, “séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática”⁹⁰, conforme adiantado em seu primeiro editorial. Tal característica, à primeira vista, parece dificultar o acesso às ideias e posicionamentos defendidos pelo periódico, entretanto, uma análise cuidadosa permite perceber as escolhas das produtoras do jornal em seus textos.

A leitura das fontes possibilitou a identificação de algumas tendências nas ideias defendidas pelas mulheres à frente do jornal. Essas tendências serão apresentadas em seguida juntamente com os trechos que as fundamentam.

As perguntas iniciais que nortearam toda a análise das fontes jornalísticas foram quais eram as propostas feministas para o planejamento familiar? Afinal, o que querem as mulheres de *Mulherio*? A leitura do material, entretanto, impôs imediatamente uma outra pergunta: o que *não* querem as mulheres em matéria de planejamento familiar? Isso decorre das inúmeras críticas presentes nos textos ao modo como o tema vinha sendo tratado no Brasil e no mundo.

Em primeiro lugar, é evidente a rejeição aos posicionamentos tradicionais do debate sobre reprodução humana. As feministas procuraram se distanciar de visões natalistas — criticando aqueles que rejeitavam a contracepção em favor da necessidade de povoamento do país — e antinatalistas ou controlistas — criticando a atuação das entidades privadas de planejamento familiar e a esterilização em massa em curso no Nordeste, por exemplo.

⁹⁰ BORGES, *Mulherio*, n. 0, mar./abr. 1981, p. 1.

No texto “Repensando Nossas Propostas”, Carmen Barroso e Wanda Nestiehner afirmam:

As mulheres sentem no próprio corpo e na própria vida a necessidade de controlar sua fecundidade. A reivindicação de “maternidade voluntária” tem sido uma das suas lutas fundamentais desde o século passado. Paralelamente, *políticas natalistas ou antinatalistas têm usado o corpo feminino como patrimônio social*, sem nenhuma consideração pelos seus interesses e necessidades pessoais.⁹¹

É evidente, portanto, a denúncia do uso dos corpos femininos para a concretização de interesses diversos. As feministas defendem um controle da fecundidade que sirva aos interesses das mulheres. Elas até mesmo se entendem como o único grupo que levava ao debate a perspectiva das mulheres e defendia seus interesses nessa questão:

A nível dos movimentos sociais, tenho a ressaltar a emergência dos movimentos feministas, colocando o direito da mulher controlar sua fecundidade e exigindo do Estado que esse direito se torne efetivo. [...] Não porque esta seja a luta mais importante, mas porque *só o feminismo cuida dela*.⁹²

Ao buscar firmar a posição feminista no debate sobre reprodução, o jornal critica até mesmo a esquerda. No texto “Esquerda repete velhos chavões”, Ruth Cardoso e Tereza Caldeira apontam a incoerência de certos grupos de esquerda que negam veementemente a intervenção do Estado na esfera reprodutiva. Elas afirmam que nesse assunto, “grupos com uma visão política radical e estatizante se juntam a nacionalistas conservadores para defender a liberdade das famílias”.⁹³ A concepção de planejamento familiar centrada apenas na liberdade dos casais é apontada pelas autoras como problemática, uma vez que associa vida sexual a casamento, desconsidera outras relações e situações e tampouco atende as reivindicações das mulheres que desejam decidir sobre os próprios corpos.

Para as autoras, esses grupos de esquerda apresentavam uma visão patriarcal sobre as mulheres, ainda atribuindo a elas o desejo natural pela maternidade, desejo esse que seria frustrado pela pobreza. Longe de desconsiderar os fatores econômicos na escolha pela regulação da fecundidade, Cardoso e Caldeira apontam a variedade de razões pelas quais as mulheres podem optar por usar contracepção, sempre enfatizando a necessidade da autonomia

⁹¹ BARROSO; NESTIEHNER, **Mulherio**, n. 7, jul./ago., 1982, p. 14 (grifo nosso).

⁹² BARROSO, **Mulherio**, n. 21, abr./mai./jun., 1985, p. 8.

⁹³ CALDEIRA; CARDOSO, **Mulherio**, n. 7, jul./ago., 1982, p. 18.

para os corpos capazes de gestar. Nesse sentido, as feministas se afastam de uma visão que considera as questões econômicas como o cerne e avançam a percepção de que as mulheres devem ter controle sobre seus corpos independentemente da classe à qual pertencam, o que não acontece plenamente sem a interferência do Estado:

Ninguém está defendendo que o Estado tenha políticas coativas, mas, enquanto ele não interfere, a verdade é que as mulheres pobres é que são prejudicadas. São elas que não têm acesso à informação sobre anticoncepcionais e ao serviço de saúde que, portanto, não têm condições de controlar a sua fecundidade. [...] Em nome de um Estado que não existe mais, as oposições preservam um padrão que associa sexo a casamento. O mais grave é que, ao fazerem isso, defendem, na prática, uma desigualdade social, já que as mulheres ricas não têm problemas para controlar sua fecundidade.⁹⁴

A autonomia sobre o próprio corpo é central na proposta feminista de planejamento familiar. Tanto que, em texto sobre esterilização feminina, a pesquisadora da FCC Carmen Barroso⁹⁵ afirma que muitas mulheres escolhem se submeter a um método irreversível por enxergarem nele a única maneira eficaz de evitar uma gravidez indesejada, ou seja, enxergam a esterilização como a única maneira de controlar o próprio corpo. A noção de que as mulheres têm suas vidas reprodutivas determinadas por forças sociais sob as quais não têm controle é evidente na fala de Barroso e no jornal de modo geral: “Em diversos graus e modos mulheres em diferentes países ocupações classes, raças, idades e situações conjugais encontram suas decisões reprodutivas estruturadas por um conjunto de condições sobre as quais têm muito pouco controle”.⁹⁶

Dáí decorrem o que considero os pontos centrais do modelo de planejamento familiar aspirado pelas feministas e exposto no jornal *Mulherio*: garantia de acesso à informação e aos métodos contraceptivos disponíveis e a garantia da participação feminina na decisão dos rumos da política de planejamento familiar. Em todos os textos estudados há indicações da importância dada a esses dois elementos.

Em texto da edição número 21 Carmen Barroso afirma que, diante das posições natalistas e controlistas, as feministas precisam gastar muita energia tentando afirmar seu posicionamento, numa espécie de “catequese” (termo usado pela própria autora) e, assim:

⁹⁴ Ibidem, p.18.

⁹⁵ BARROSO, *Mulherio*, n. 14, jul./ago., 1983, p. 3-4.

⁹⁶ BARROSO, *Mulherio*, n. 14, jul./ago., 1983, p. 3.

Outra questão prejudicada por causa da energia dedicada à catequese é refletir sobre os mecanismos de controle e participação nos programas do Estado, para que respondam de fato às necessidades da população. Às vezes parecemos ratinhos [...] tentando colocar a coleira no gato. Somos poucas, sem mecanismos de representação legitimados e nossa relação com o Estado é nova e exige de nós que nos preparemos para enfrentá-la.⁹⁷

A fala de Barroso explicita a percepção da necessidade de se buscar uma interlocução com o Estado para garantir que os interesses das mulheres sejam levados em conta nas políticas de saúde que as afetam diretamente. A movimentação feminista nas instâncias estatais foi essencial para o alcance de direitos para as mulheres na década de 1980, como discutido no capítulo anterior, e o jornal *Mulherio* refletia e estimulava a organização das mulheres por suas demandas.

Quanto ao acesso ao conhecimento e aos meios contraceptivos disponíveis, tal defesa permeia toda a argumentação encontrada nos textos. A garantia do acesso à informação e conhecimento sobre o próprio corpo é defendida como essencial para que as mulheres possam exercer sua vida sexual e reprodutiva com autonomia e de forma plena. O conhecimento também é entendido como um fator de empoderamento das mulheres nas relações com os agentes de saúde.⁹⁸ O acesso a todos os métodos contraceptivos, por sua vez, assegura que todas as mulheres possam exercer a sua liberdade reprodutiva, não apenas aquelas de classes privilegiadas. Assim, a intervenção do Estado nesse caso seria no sentido de garantir a efetividade dos direitos reprodutivos.

Em suma, o ideal de planejamento familiar defendido pelas feministas do jornal *Mulherio* pode ser encontrado em relatório escrito para a Unicef por Carmen Barroso em 1982:

Deve-se proporcionar às mulheres o acesso a meios anticoncepcionais e seguros, com acompanhamento médico. Paralelamente, será necessário incentivar a participação masculina na responsabilidade pela concepção e pela anticoncepção e coibir os abusos na esterilização praticada sem pleno consentimento e o conhecimento da paciente, quanto à sua irreversibilidade. Devem-se, a todo custo, evitar imposições no sentido de constringer a mulher a ter ou não ter filhos. Igualmente deve-se combater a ideia falaciosa de que a pobreza é causada pelo grande número de filhos. Propiciar às mulheres a informação e a oportunidade de debaterem livremente entre si os seus problemas será fundamental para que possam optar conscientemente e

⁹⁷ BARROSO, *Mulherio*, n. 21, abri./mai./jun., 1985, p. 8.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 8.

usufruir do seu direito de dispor de seu próprio corpo, de sua sexualidade e de sua vida.⁹⁹

2.3 “Os homens nunca estiveram tão liberados”

O planejamento familiar se encontra na interface de muitas outras esferas sociais como a economia, o desenvolvimento, a saúde, o direito e a moralidade. As relações de gênero, por sua vez, também adentram o complexo universo da reprodução humana. Ao abordar o papel dos homens na contraceção, o jornal *Mulherio* contribui para o reconhecimento da complexidade das questões que envolvem o planejamento familiar, especialmente no que diz respeito ao gênero.

A leitura dos textos selecionados expôs um problema que estava presente nas discussões feministas: onde os homens entram no planejamento familiar? Em diversos momentos é evidente uma tendência a enxergar as mulheres como o centro das políticas de planejamento familiar, o sujeito por excelência da contraceção: “[...] se as insônias, os enjoos, grilos com contraceptivos ou corrimentos são nossos, quem melhor do que nós mesmas para cuidar da nossa saúde?”.¹⁰⁰ A ideia é simples, se são os corpos femininos que gestam e devem aguentar tudo o que a contraceção significa, o ponto de vista das mulheres deve ser considerado e prevalecer. No entanto, cedo as feministas se viram diante do fato de que a parte onerosa da contraceção também lhes cabia e, aparentemente, os homens não tinham mais nenhuma responsabilidade nesta área. Ou seja, a liberdade feminina proporcionada pelas tecnologias contraceptivas também tinha uma faceta inesperada: transformava a responsabilidade por evitar filhos em encargo majoritariamente feminino e liberava os homens, que podiam se preocupar apenas em exercer sua sexualidade tranquilamente.

Esse problema é bem ilustrado tanto pela pergunta formulada por Barroso e Nestiehner quanto pela resposta da demógrafa Elza Berquó: “Também tem-se argumentado que, quando o homem assume controle a mulher fica na sua dependência, o que é problema quando não há consenso sobre se quer ou não a gravidez e quando o indivíduo não é confiável.”¹⁰¹

⁹⁹ BARROSO, *Mulherio*, n. 14, jul./ago., 1983, p. 4.

¹⁰⁰ LEON, *Mulherio*, n. 18, set./out., 1984, p. 16.

¹⁰¹ BARROSO; NESTIEHNER, *Mulherio*, n. 7, jul./ago., 1982, p. 15.

Essa é uma questão delicada. A gente precisa ter bastante cuidado nas colocações. A mim me parece que esta liberação feminina com seu corpo, com sexo, na utilização de anticoncepcionais, etc., tem também como consequência imediata que o homem nunca esteve tão liberado. Foram tiradas das suas costas todas as responsabilidades. A mulher faz aborto, a mulher toma a pílula, a mulher põe o DIU, se esteriliza, a mulher amamenta, a mulher tudo.¹⁰²

A pergunta atesta a existência de uma preocupação das mulheres para com suas parcerias sexuais masculinas. O medo de ficar à mercê dos homens faz com que as mulheres sintam mais necessidade de ter o controle sobre contracepção. No entanto, também existe a percepção de que é desvantajoso para as mulheres que apenas os seus corpos sofram as consequências da contracepção. Há então um paradoxo para as mulheres dos anos 1980 elaborarem. Cabe mencionar que tal problema segue afetando as mulheres, que permanecem sendo os sujeitos prioritários da contracepção.

A ideia de que os homens não tomam parte importante no planejamento familiar também está presente nas reclamações acerca da escassez de pesquisas e métodos contraceptivos voltados para o público masculino. Como argumenta Berquó: “Onde eu acho que a mulher é especificamente sacrificada é no fato de que a pesquisa dos métodos anticoncepcionais masculinos caminha a passo de tartaruga. Aí é que eu acho que há desinteresse.”¹⁰³

Outra questão que concerne às relações de gênero é a ideia da autonomia corporal da mulher como ameaçadora aos homens. Há a noção de que os homens costumam representar empecilhos para a conquista do direito de dispor sobre o próprio corpo plenamente. Isso fica mais evidente nas discussões sobre o direito ao aborto. Em texto sobre o debate ocorrido na 9ª Conferência Nacional dos Advogados, Lúcia Araujo e Maria Carneiro da Cunha expõem a intensa rejeição dos juristas à tese de que “[...] a descriminalização do aborto é uma necessidade premente para a proteção dos direitos e da vida da mulher”,¹⁰⁴ defendida pela advogada Romi Medeiros. O seguinte trecho ilustra a situação e a percepção de que os homens têm certa aversão à demanda das mulheres por direitos reprodutivos:

A polêmica, que quase terminou em luta corporal, ainda serviu de base para alguns juristas acusarem a autora da tese de dividir as atenções e tentar rachar a OAB. Romi rebate: “É que o aborto bate nas batinas dos padres e

¹⁰² BERQUÓ, op. cit., p. 15.

¹⁰³ BERQUÓ, op. cit., p. 15.

¹⁰⁴ ARAUJO; CUNHA, **Mulherio**, n. 7, jul./ago., 1982, p. 16.

para a OAB problema do povo é só Constituinte. E as mulheres que morrem, não são povo?”¹⁰⁵

Há ainda a ideia de que, para os “grandes homens da política”, a igualdade de gênero, inclusive no que diz respeito à reprodução, não é prioritária. Conforme comentário da advogada Zulaiê Ribeiro, exposto no texto:

Enquanto se discutiam teses sobre Lei de Segurança Nacional, Constituinte, justiça agrária, direitos trabalhistas, havia consenso. Mas quando chega a hora de se falar em igualdade legal entre os sexos, um tema de grande ressonância política, econômica e social, a conversa muda de tom e se fala de proteção à vida do feto, mas não se leva em conta as milhares de mulheres que morrem ou ficam mutiladas em consequência do aborto clandestino que vem ocorrendo em larga escala.¹⁰⁶

Assim, estão presentes no jornal *Mulherio* noções sobre os papéis dos homens na discussão sobre planejamento familiar. Tais noções se encontravam nos debates feministas e na vida concreta das mulheres. O jornal tem sucesso em mostrar e discutir essas ideias em suas páginas ainda que não apresente uma resolução para os problemas expostos.

2.4 Evitar filhos, “padecer no inferno”

Um interessante instrumento utilizado pelo jornal *Mulherio* são os testemunhos de mulheres comuns para ilustrar a realidade dos temas abordados em suas matérias. Para abordar os direitos reprodutivos, *Mulherio* também lançou mão desse recurso. O volume 21 apresenta o relato de uma mulher brasileira afetada pela situação do país ao que concerne o planejamento familiar. A análise de tal material proporciona um olhar sobre as escolhas do jornal, pois o relato escolhido corrobora a argumentação construída ao longo da matéria.

O relato é encontrado em texto escrito por Sandra Barbosa. Para contar essa história, o título escolhido foi Evitar filhos, “padecer no inferno”, provavelmente numa tentativa de inverter o dito popular, *ser mãe é padecer no paraíso*. Apresenta-se a história de Geralda, mulher de 34 anos, moradora de Grajaú, São Paulo e mãe de dez filhos. Desde que se casou, Geralda teve um filho por ano e conta como era sua vida antes de fazer a cirurgia de laqueadura. Seu testemunho mostra o impacto negativo que a ausência do direito à autonomia sobre o próprio corpo pode ter em uma trajetória de vida. A mulher conta que só conhecia a

¹⁰⁵ ARAUJO; CUNHA, *Mulherio*, n. 7, jul./ago., 1982, p. 16.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 16.

pílula anticoncepcional mas não se adaptou a ela e, assim, engravidou dez vezes: “Nunca evitou de nenhuma outra forma porque simplesmente não sabia que existia algum método sem ser a pílula. Aborto, nem pensar, porque “não era da formação dela.”¹⁰⁷

Seu relato é muito rico pois mostra, a partir de uma experiência concreta, as conexões entre contracepção, planejamento familiar, sexualidade, economia, educação e relações de gênero. Geralda tinha pouca instrução formal e pouco conhecimento sobre sua capacidade reprodutiva, assim, infere-se do texto, as gravidezes se impunham sobre seu corpo e sua vida sem que ela conseguisse interferir. No que diz respeito à sua sexualidade, a falta do acesso ao planejamento familiar adequado na vida dessa mulher representou uma dificuldade em ter uma vida sexual satisfatória, como fica claro na seguinte passagem, em que Geralda fala sobre o marido:

Porque ele gosta de fazer. Eu? eu nunca senti emoção. Não, era só aquela preocupação de que ia ficar grávida de novo, até Deus ter pena de mim. Pode ser que agora melhore com a operação [...] mas acho que sou muito fria”, conclui ela, acrescentando que o marido não faz carinho nem diz “coisas doces” é só “aquilo” mesmo vai direto. “Falar com ele, nem pensar, porque ele é ignorante e pode ficar desconfiado, meio ofendido, né?”¹⁰⁸

Ainda no que concerne às relações de gênero, mais uma vez se evidencia o encargo feminino sobre a contracepção, pois a Geralda coube a responsabilidade de fazer a cirurgia de esterilização. O seguinte trecho expressa um certo desinteresse do marido em tomar a frente da contracepção do casal: “O marido disse que faria a operação ‘se pudesse’.”¹⁰⁹ Já em relação aos impactos econômicos gerados pela falta de acesso à contracepção, o texto mostra a dificuldade que Geralda enfrentava para exercer atividade econômica, uma vez que estava sempre grávida ou amamentando. Além disso, os custos de criar filhos também são levados em conta pela mulher: “Com ar cansado e moído esboça sorriso mostrando a gengiva sem dentes e os olhos brilhantes: ‘Ah se pudesse escolher tinha um casal de filhos, que é o certo, né, dois tá bom, dá para a gente trabalhar, ter uma atenção com o marido e também por causa do dinheiro, menina’.”¹¹⁰

O testemunho de Geralda é emblemático daquilo que movimentava a luta feminista pelo planejamento familiar. O feminismo brasileiro, em determinado período de sua história,

¹⁰⁷ BARBOSA, *Mulherio*, n. 21, abri./mai./jun., 1985, p. 9.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

elaborou a questão da reprodução de maneira profunda, se distanciando de noções estranhas aos interesses das mulheres. O jornal *Mulherio*, veículo de comunicação representativo do feminismo acadêmico brasileiro, encampou essa luta, fazendo-se espaço de discussão e mobilização em torno da bandeira dos direitos reprodutivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa, conforme apresentado na introdução, foi investigar o discurso do jornal *Mulherio* acerca do planejamento familiar e, assim, contribuir para o conhecimento histórico sobre a luta feminista no campo dos direitos reprodutivos. Tal proposta implicou a necessidade de estudar a historicidade do termo direitos reprodutivos, uma construção histórica muito influenciada pelo movimento feminista, notadamente em sua Segunda Onda.

A luta pelo planejamento familiar no âmbito do movimento feminista se deu de maneiras diversas, a depender das conjunturas locais. Enquanto nos países europeus e norte-americanos a contracepção foi imediatamente vista como um direito a ser garantido, no Brasil a trajetória foi diferente. Aqui, o reformulado movimento feminista emergente na década de 1970 precisou lutar para garantir a segurança das mulheres diante das investidas internacionais no sentido de controlar a natalidade do país, sem considerar a saúde feminina como prioridade. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente a complexa rede de interesses que gravitavam em torno da capacidade reprodutiva feminina. Noções de desenvolvimento, segurança nacional, moralidade religiosa, interesses imperialistas, entre outros, criaram um ambiente hostil à liberdade reprodutiva e à autonomia corporal das mulheres brasileiras.

A década de 1980, no Brasil, representou um período de maior abertura política. O país caminhava rumo à democratização de seu sistema político, e a sociedade civil se organizava de maneira mais intensa na tentativa de influenciar as políticas públicas e a legislação. Para o movimento feminista, essa década também representou um momento de virada, em que os temas relativos à sexualidade e reprodução passaram a ser mais discutidos e defendidos. Nessa toada, o planejamento familiar passou a ser entendido como agenda prioritária para os direitos das mulheres, que lutaram para garanti-lo, conquistando à época vitórias como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, mudanças nas concepções de saúde da mulher, a consagração do direito ao planejamento familiar na Constituição de 1988 e a maior visibilidade social para essa questão.

Nesse contexto, o jornal *Mulherio*, surgido em 1981 a partir do interesse de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, se constituiu em espaço importante para a discussão e divulgação da perspectiva feminista sobre o planejamento familiar no Brasil. Tal perspectiva pode ser compreendida parcialmente a partir do conteúdo do jornal. Em linhas

gerais, as feministas buscaram firmar seus posicionamentos no campo da reprodução como diferentes das tendências tradicionais desse debate: o *natalismo* e o *controlismo*.

As feministas, ao elaborar o assunto, entenderam que as duas posições eram opressoras por não considerarem como prioridades a saúde da mulher e sua liberdade sobre o próprio corpo. A liberdade e a autodeterminação das mulheres deveriam ser orientadoras das políticas de planejamento familiar. Essas noções formaram a base da perspectiva feminista. O acesso aos métodos contraceptivos e à educação necessária para exercer a sexualidade e a reprodução com autonomia foram defendidos como obrigações do Estado para com as mulheres. Foram entendidas também como garantias da concretização dos direitos reprodutivos para as mulheres pobres, pois as mulheres ricas não tinham problemas para controlar a fecundidade.

A investigação também revelou uma nuance do discurso feminista sobre planejamento familiar no que diz respeito ao lugar dos homens nessa esfera. Tornou-se evidente uma dificuldade nas relações com os homens no campo da reprodução. A desconfiança em relação aos parceiros sexuais e a percepção de que a contracepção havia se tornado mais uma obrigação exclusiva para as mulheres formavam um paradoxo percebido e exposto no jornal.

Ademais, o jornal *Mulherio* demonstrou a complexidade da questão ao trabalhar com testemunhos que mostram a interligação entre reprodução e seus impactos na vida financeira, conjugal, na saúde das mulheres, entre outras esferas. Assim como ao mostrar o quanto a falta de políticas públicas na área do planejamento familiar afetam e prejudicam as mulheres.

Em suma, o jornal *Mulherio* foi um instrumento de atuação feminista em torno de diversas demandas, sendo a dos direitos reprodutivos uma das mais importantes. Desse modo, se constitui também enquanto fonte valiosa para a compreensão histórica da luta por direitos na área reprodutiva, luta que permanece atual e relevante na sociedade brasileira.

FONTES

ARAÚJO, Lúcia; CUNHA, Maria Carneiro da. Cresce a campanha pela legalização do aborto. *Mulherio*, São Paulo, n. 7, p.16-17, jul./ago. 1982.

BARBOSA, Sandra. Evitar filhos “padecer no inferno”. *Mulherio*, São Paulo, n. 21, p. 9, abr./mai./jun. 1985.

BARROSO, Carmen; NESTIEHNER, Wanda. Repensando nossas propostas. *Mulherio*, São Paulo, n. 7, p. 14-15, jul./ago. 1982.

BARROSO, Carmen. De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo. *Mulherio*, São Paulo, n. 21, p. 8, abr./mai./jun. 1985.

BARROSO, Carmen. Planejamento familiar. *Mulherio*, São Paulo, n. 14, p. 3-4, jul./ago. 1983.

CARDOSO, Ruth; CALDEIRA, Tereza. Esquerda repete velhos chavões. *Mulherio*, São Paulo, n. 7, p. 18, jul./ago. 1982.

CASTILHO, Inês. Propostas feministas. *Mulherio*, São Paulo, n. 14, p. 5, jul./ago. 1983.

LEON, Ethel. O corpo é nosso... eles não acham. *Mulherio*, São Paulo, n. 18, p. 16, set./out. 1984.

Carta de Itapecerica. [Itapecerica da Serra/SP]; 1984.

MULHERES BRASILEIRAS. Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 312–322, 2021. DOI: 10.26512/insurgencia.v8i2.39119. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39119>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Lei N° 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7° do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, p. 1677-70, 2006.

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres”. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v. 3, n. 5 jul-dez, p.72-85, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

AZEVEDO, Carla Bispo. A imprensa como fonte na pesquisa sobre história das mulheres. *Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, Teresina (PI), v. 3, n. 3, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm>.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. Unesp, 1997.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 37-55, 2004.

CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. *Língua, Literatura e Ensino*, v. 3, 2008.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; LUCENA, Maria de Fátima Gomes de; SILVA, Ana Tereza de Medeiros. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas públicas de saúde: determinantes históricos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 34, p. 37-44, 2000.

CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: *Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. 2003. p. 17-78.

COSTA, Alcione et al. História do planejamento familiar e sua relação com os métodos contraceptivos. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. 74-74, 2013.

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER, Lynn Dee. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 6, p. 75-84, 2006.

DA SILVA MENDES, Sérgio Luiz. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. *Contraponto*, v. 1, n. 1, p. 24-41, 2011.

DINIZ, D., MEDEIROS, M. and MADEIRO, A. National Abortion Survey 2016. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol. 22, no. 2, pp. 653-660.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo da Nova República- vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Editora José Olympio, 2018.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. *História, histórias*, Brasília, vol. 2, n. 4, 2014;

FREITAS, Viviane Gonçalves. De qual feminismo estamos falando?: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017.

GOMES, Raísa Adrienne et al. Entre conversas feministas: debates sobre aborto e constituinte em Mulherio (1981-1988). 2019.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. 3ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos pagu*, p. e16471, 2016.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; MOMESSO, Maria Regina. A BEMFAM: Do Planejamento Familiar À Ética Da Existência. *Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras*, v.18, n.1, 2022, p. 146.

OLIVEIRA, Januária Teive de. Lobby das meninas: a mulher na constituinte de 1987/88. 2020. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/213-lobby-das-meninas.html>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, v. 26, n.52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012, v.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, v. 23, p. 239-260, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-TJERJ, p. 43, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, 2009.

RAMOS, Fernanda Irene da Silva. Análise Histórica das Políticas de Planejamento Familiar no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Marcos de saúde da mulher dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Ferramentas para ação política das mulheres: Projeto Trilhas de Saúde das Mulheres. Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Aílla Kássia de Lemos. Movimento Feminista e o Debate da Contracepção – Uma Análise Acerca do Contexto Brasileiro na Década de 1970. In: Encontro Estadual de História, 12., 2020, Recife. Anais [...]. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602030441_ARQUIVO_3780b4dbce5963e5c0ffef0b825d511a.pdf> Acesso em: 15 de dez. 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2), p. 35-50, mai./ago. 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SILVEIRA, Paloma Silva; PAIM, Jairnilson Silva; ADRIÃO, Karla Galvão. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 276-291, 2020.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, Campinas, (3) 1994.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 11. n. 1, p. 104-117, 2014.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Celine Maria do Nascimento Batista, matrícula 180118170, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “O planejamento familiar sob apreciação feminista: direitos reprodutivos e autonomia corporal no jornal Mulherio (1981-1988)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 15 de janeiro de 2024.



Celine Maria do Nascimento Batista